DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E GESTÃO COMPARTILHADA: O CASO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS RIOZINHO DO ANFRÍSIO E RIO IRIRI (PA) – 2006/2007

Patricia Campos[1] , Daniel Penteado[2], Marcelo Salazar[3] , Jeferson Straatmann[4] , Valéria Vasconcelos[5] , Cristiano Siqueira[6] , Raquel Santos[7], Allan Reis[8]

Resumo

As Unidades de Conservação (UCs) representam um importante papel na conservação e recuperação da diversidade biológica do planeta e na proteção do modo de vida das populações tradicionais. Representam também marcante estratégia de controle do território, estabelecendo limites e dinâmicas próprias de uso e ocupação, contribuindo fortemente para o desenvolvimento socioambiental. O presente artigo trata de um processo

1 Bióloga; analista ambiental (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio). Correio eletrônico: patbiologa@gmail.com.
2 Biólogo; analista ambiental (ICMBio). Correio eletrônico: danielbpenteado@yahoo.com.br.
3 Engenheiro de produção (coordenador das ações na Terra do Meio. Instituto Socioambiental – ISA). Correio eletrônico: marcelosalazar@socioambiental.org.
4 Engenheiro de produção (doutorando em Engenharia pela UFSCar; consultor ISA). Correio eletrônico: jstraatmann@gmail.com.
5 Doutora em Educação (docente do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesianos São Paulo – Unisal). Correio eletrônico: valvasc2003@yahoo.com.br.
6 Mestre em Educação (coordenador de área – ISA). Correio eletrônico: cristianotierno@socioambiental.org.
7 Mestre em Ecologia (consultora – ISA). Correio eletrônico: quel_san@yahoo.com.br.
8 Mestre em Engenharia (pesquisador Embrapa). Correio eletrônico: kalllango@yahoo.com.br.

de gestão compartilhada – na criação dos Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas do "Riozinho do Anfrísio" e do "Rio Iriri" – de maneira substancialmente participativa e dialógica. As estratégias de ação desenvolvidas pela equipe de consultoria responsável por esse processo buscaram garantir maior autonomia dos ribeirinhos com relação às decisões envolvendo seu próprio destino. Entende-se que, para que as pessoas possam melhor interferir em sua realidade, elas necessitam compreender mais amplamente os diferentes condicionantes históricos, políticos, sociais e culturais que conformam essa realidade. As comunidades, apesar de possuírem grande conhecimento dos ecossistemas locais, normalmente se encontram desorganizadas e pouco mobilizadas diante da desfavorável correlação de forças a que estão submetidas. Por conta disso, visando garantir processos legítimos de desenvolvimento ambiental e social, buscou-se, ao longo desse processo, o fortalecimento dessas comunidades tradicionais. Paralelamente às ações de diagnóstico socioeconômico e de formação de conselhos, foram realizados encontros de alfabetização de adultos fundados nas premissas da Educação Popular, objetivando, por meio da partilha de saberes, desejos e valores, uma reorganização social com vista à emancipação popular. Os resultados mostraram uma melhoria na compreensão coletiva da realidade das Reservas Extrativistas (Resex) pelos próprios ribeirinhos e pelas instituições que se relacionam de alguma forma com essas populações. Além disso, pôde-se perceber um melhor entendimento, por parte dos ribeirinhos, do funcionamento do Conselho Deliberativo, como as possibilidades de parcerias. O trabalho, por fim, apresentou profícuas possibilidades para a transformação e o desenvolvimento do cenário socioambiental, além de indicar estratégias participativas de gestão de Unidades de Conservação da Amazônia brasileira.

Palavras-chaves: Desenvolvimento ambiental. Gestão compartilhada. Educação Popular.

Abstract

Conservation Units represent an important role in the conservation and restoration of biological diversity of the planet and protecting the livelihoods of traditional communities. Also represent remarkable strategy of territory control, setting limits and specific dynamics of use and occupation, contributing greatly to environmental development. This article deals with a process of shared management – in the creation of the Deliberative Councils of the Extractive Reserves "Riozinho Anfrísio" and

"Rio Iriri" – in a substantially participatory and dialogic work. Action strategies developed by the consulting team responsible for this process sought to ensure greater autonomy of riverine population with respect to decisions involving their own destiny. It is understood that, so that people can better interfere with their reality, they need to understand more fully the different historical conditions, political, social and cultural rights that make this reality. Communities, despite having great knowledge of local ecosystems, are usually disorganized and poorly mobilized in the face of unfavorable correlation of forces they are subjected. Because of this, in order to ensure legitimate processes of social and environmental development, we sought, through this process, strengthening these communities. Alongside the actions of socioeconomic diagnosis and training of Councils meetings were held adult literacy grounded in assumptions of Popular Education aiming, through the sharing of knowledge, desires and values, social reorganization aiming at popular emancipation. The results showed an improvement in the collective understanding of the reality of Resex by the riverine and institutions that relate in any way to these populations. Moreover, it could be seen better understanding by the riverine, the functioning of the Board and the possibilities for partnerships. The work finally presented fruitful possibilities for transformation and development of the environmental setting, and indicate strategies participatory management of Conservation Units in the Brazilian Amazon
Keywords: Environmental development. Shared management. Popular education.

Introdução

Há alguns anos, uma das estratégias do governo para preservar a diversidade biológica e os recursos naturais tem sido a criação de Unidades de Conservação (UCs), as quais têm um importante papel na conservação e recuperação da diversidade biológica do planeta. A criação dessas áreas é uma importante estratégia de controle do território, que visa estabelecer limites e dinâmicas próprias de uso e ocupação. Tal controle, assim como os critérios de uso que o sustentam, responde frequentemente à valorização dos recursos naturais existentes – não somente econômica, como também

cultural, espiritual ou religiosa – e, também, à necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção.

As UCs foram consolidadas por meio da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) (Brasil, Lei n. 9.985, de julho de 2000), estabelecendo diversas estratégias para a preservação de áreas florestadas. Dentre elas inserem-se os 12 tipos de UCs, divididas em duas categorias: as de Proteção Integral, criadas com o objetivo de "preservar a natureza permitindo o uso indireto de seus recursos naturais" (Snuc, 2000); e as de Uso Sustentável, que "compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais" (Snuc, 2000).

A gestão das UCs, conforme preconizam as políticas públicas atuais, deve basear-se em uma gestão participativa, compartilhada, que envolve comunidades tradicionais, órgãos governamentais, sociedade civil e iniciativa privada. É muito importante, para garantir a conservação e preservação do meio ambiente, uma legítima participação das diferentes instituições envolvidas, direta ou indiretamente, sendo sua gestão não só de responsabilidade dos órgãos públicos, mas de toda a coletividade.[9]

Como estratégia para conservação e preservação, a legislação prevê a criação de corredores ecológicos, otimizando recursos tanto financeiros como humanos. Tal estratégia consegue atingir melhores resultados com relação às áreas protegidas isoladas, pois garante a existência de uma maior extensão contínua, facilitando os fluxos gênicos, a movimentação dos seres vivos e, consequentemente, a manutenção da biodiversidade. Muitas vezes, constitui-se também barreira mais efetiva contra a *grilagem*[10] de terras, exploração ilegal de madeira e de recursos naturais. Pode também aumentar a efetividade na busca de soluções para alguns problemas ambientais e fortalecer as comunidades residentes em Ucs, uma vez que ganha mais visibilidade junto aos órgãos públicos, ONGs e imprensa.

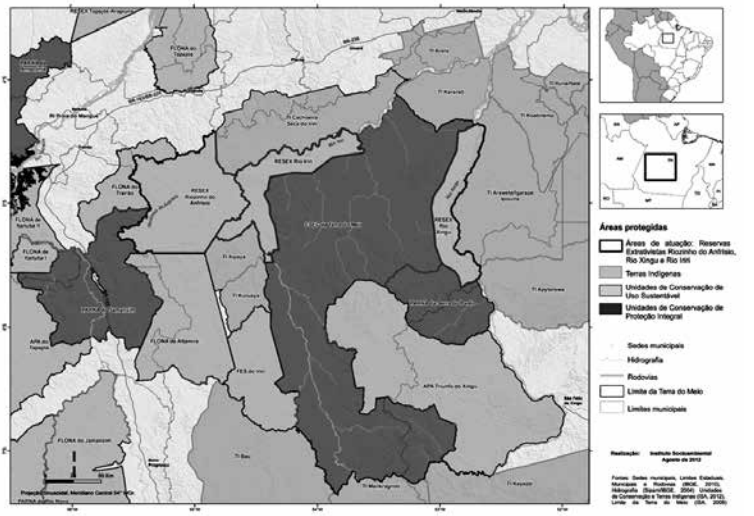
9 Art. 225 da Constituição Federal de 1988: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (Brasil, 1988).

10 Grilagem é o termo usado para a prática de usurpação ilegal de terras. Segundo o site do Governo Federal que trata da regularização fundiária na Amazônia, o termo grilagem deriva da expressão "grilo" e trata de uma antiga técnica utilizada por fraudadores de títulos imobiliários para conseguir uma aparência de antiguidade em falsos documentos. Para tanto, colocavam esses documentos em caixas fechadas com diversos grilos. Esses papéis passavam a apresentar manchas amareladas em função dos excrementos dos insetos, além de pequenos furos e bordas corroídas.

A Terra do Meio está localizada no sudoeste do estado do Pará, entre os rios Xingu e Iriri, representando 6% das terras do estado. Abrange 38,62% o município de Altamira, 19,25% o de São Félix do Xingu e uma pequena porção de Trairão, municípios que se desenvolveram ao longo das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) (Velásquez *et al.*, 2006). É uma das regiões de maior destaque no cenário ambiental nos últimos anos pelo fato de possuir mais de 90% de seu território ainda bem conservado e por ser palco de um intenso conflito fundiário na Amazônia, recrudescido pelos impactos das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, como a intensificação do roubo de madeira e novas ameaças de grileiros.

A região possui cerca de 7,9 milhões de ha protegidos e faz parte do segundo maior corredor de biodiversidade do Brasil, juntamente com UCs criadas ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) (ISA, 2006).

Figura 1 – Terra do Meio com destaque para as Resex do Riozinho do Anfrísio, do



Fonte: Imaflora – <imaflora.org/desenvolvimento-local-sustentavel_terra-do-meio.php>.

Na região, é possível observar uma rica biodiversidade e sociodiversidade, com a presença de populações tradicionais indígenas e não indígenas[11];

11 No presente artigo trataremos de populações tradicionais não indígenas, mais especificamente de comunidades ribeirinhas e extrativistas (entre elas os seringueiros). Serão utilizados os termos "populações tradicionais" – uma vez que essa nomenclatura

um cinturão de terras indígenas consolidadas; espécies economicamente importantes como o mogno (*Swietenia macrophylla*), a seringueira (*Hevea brasiliensis*), a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), a copaibeira (*Copaifera landesdorffi*) e a andirobeira (*Carapa Guaianensis*), bem como endemismos e variadas paisagens.

A densidade demográfica vai diminuindo à medida que a distância dos centros urbanos aumenta. Os moradores das Reseervas Extrativistas (Resex) da região vivem bastante isolados, e o acesso às cidades é difícil.

Na área, estão envolvidas várias UCs federais, dentre elas as Resex Riozinho do Anfrísio, do Rio Iriri e do Rio Xingu, além de UCs estaduais e terras indígenas. As Resex são áreas utilizadas por populações tradicionais, cujos objetivos básicos são proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais (Snuc, 2000).

As Resex são uma categoria de UC que surgiu das lutas de populações tradicionais, especificamente dos movimentos seringueiros, tendo como símbolo a luta de Chico Mendes no Acre. Nesses movimentos, em função das ameaças sofridas – tanto em seu modo de vida como da apropriação de recursos naturais –, os comunitários conseguiram mobilizar-se e reagir, buscando formas de criar e recriar suas modalidades de reprodução material, social e simbólica (Diegues, 2001).

Dessa forma, novas possibilidades de melhoria da qualidade de vida surgiram para as populações tradicionais, com a geração de benefícios econômicos e socioambientais, baseados na utilização sustentável dos recursos e atributos naturais existentes nas reservas.

A luta pela criação das Resex Riozinho do Anfrísio, do Rio Iriri (e posteriormente do Rio Xingu), no município de Altamira (PA), ocorreu, como em muitos lugares da Amazônia, a partir de demandas locais, buscando garantia de direitos à terra. Com o crescimento na exploração madeireira e grilagem de terras na região, por volta do ano 2000, alguns moradores viram vantagens ou sentiram-se pressionados a fazer parte dessas ativi-

---

é amplamente utilizada no Snuc – e "povos e comunidades tradicionais", os quais são definidos no artigo 3º, parágrafo I do Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais), como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

dades, efetuando venda de terras ou trabalhos junto a grileiros; os que se posicionaram contrários a essas práticas foram ameaçados pelos invasores. Esta situação trouxe diversas consequências negativas, como a perda de poder por parte dos ribeirinhos sobre suas próprias terras, além de gerar muitos conflitos. Isto chamou a atenção do governo federal e culminou com estudos na área, que embasaram a proposta da criação das Resex.[12]

Sabe-se que a criação de Resex depende não só do estado de conservação e características ambientais da área, mas também da existência de população tradicional relacionada com o manejo dos seus recursos naturais. As populações tradicionais devem ser inseridas em processos de gestão do patrimônio natural protegido, pertencente às atuais e futuras gerações, conforme estabelece o Snuc. Desta forma, para a implementação e gestão da Resex as etapas mais importantes são a formação do Conselho Deliberativo e elaboração do Plano de Manejo.

Os conselhos deliberativos

O Conselho Deliberativo é o instrumento que formaliza o compartilhamento das decisões a serem tomadas sobre as Resex entre o governo federal, os órgãos públicos locais e estaduais, as comunidades, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Esse espaço decisório representa uma possibilidade de gestão compartilhada da UC, sendo importante a participação ativa de seus membros e principalmente das comunidades envolvidas.

> (...) inovações nas formas de cogestão do território têm mais possibilidades de reconciliar visões de cima com visões de baixo que formas centralizadoras e homogeneizadoras de ordenamento territorial. (...) Em um plano ainda mais amplo, o que está em jogo é a capacidade de o Estado brasileiro lidar com novas exigências de pluralismo levantadas por membros da sociedade nacional, não só na esfera territorial, mas nos âmbitos legal, étnico e social também (Little, 2002).

Segundo Maretti *et al.* (2000), a implementação de instâncias de discussão dos problemas ambientais apresenta-se como uma forma de consolidar a dimensão participativa e o caráter contínuo deste processo. A participação do maior número de interessados contribuiu para aumentar a compreen-

12 A Resex Riozinho do Anfrísio possui 736.341 ha e foi criada em 8 de novembro de 2004. A Resex do Rio Iriri possui 398.989 ha e foi criada em 6 de junho de 2006.

são sobre a UCs e suas atividades, o que levou a um maior apoio social e, consequentemente, político, facilitando o estabelecimento de parcerias, o que, por sua vez, aumenta a efetividade na conservação. O aumento do controle social expresso nas denúncias de invasão e desmatamento de áreas das UCs, entre os próprios moradores, é um dos exemplos de práticas que vêm contribuindo para a conservação.

Como dito anteriormente, as Resex devem ser geridas por conselhos deliberativos. No caso de algumas regiões que possuem grande quantidade de UCs contíguas, os atores externos que podem ou devem atuar nas áreas muitas vezes são os mesmos (como Secretarias Municipais e Estaduais, ONGs, instituições parceiras, entre outras), assim como grande parte dos problemas que as ameaçam e seus desafios para a conservação. Esse é o caso de diversas UCs da Terra do Meio, que têm Altamira como cidade de referência. Dessa forma, no caso na criação dos Conselhos das Resex do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri, considerou-se conveniente organizar a estrutura de gestão de forma integrada desde o início do processo. Juridicamente, cada Resex tem seu Conselho separadamente, mas a formação e gestão ocorrem de forma conjunta.[13]

A constituição do Conselho Deliberativo das Resex Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri se deu com o apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e do governo federal. Concomitantemente, realizou-se o levantamento socioeconômico e o cadastramento da população das duas Resex. Este processo, realizado pelo Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foi dividido em três partes.

Como premissa para o desenvolvimento do trabalho do qual tratamos neste artigo, e com vista a superar os desafios identificados na região, as estratégias de ação executadas basearam-se, desde o início, no objetivo de garantir uma maior autonomia dos ribeirinhos com relação às decisões envolvendo seu próprio destino.

Entende-se que, para que as pessoas possam melhor interferir em sua realidade, elas necessitam compreender mais amplamente os diferentes condicionantes históricos, políticos, sociais e culturais que conformam essa

13 No Brasil existem outras experiências de gestão integrada de Unidades de Conservação, por exemplo, na região Sudeste, os Mosaicos Mata Atlântica Central Fluminense (Portaria MMA n. 350, de 11 de dezembro de 2006), Mantiqueira (Portaria MMA n. 351, de 11 de dezembro de 2006) e Bocaina (Portaria MMA, n. 349, de 11 de dezembro de 2006); e na região Norte, a "gestão Integrada Cuniã-Jacundá" (Flona Jacundá, Esec Cuniã e Resex do lago do Cuniã).

mesma realidade. Nesse sentido, o trabalho realizado com homens e mulheres residentes nas Resex buscou basear-se em metodologias participativas que garantissem um aprofundamento e intercâmbio do conhecimento já existente entre a população tradicional, com vista a garantir a superação dos problemas diagnosticados e uma melhoria em sua qualidade de vida.[14]

Entendendo a realidade

A Resex do Riozinho do Anfrísio tem uma área de 736.340 ha e possui cerca de 52 famílias, geograficamente distribuídas ao longo de aproximadamente 200 km de rio. A Resex do Rio Iriri tem 398.938 ha e conta com aproximadamente 51 famílias, que vivem às margens do Rio Iriri, por cerca de 360 km. Possuíam até março de 2007, em média, 80% de analfabetos em cada Resex, e ainda boa parcela da população sem registro de nascimento (50% no Riozinho do Anfrísio e 25% no Rio Iriri). Apesar de não haver dados oficiais atualizados sobre esses índices, em ambas as Resex o analfabetismo adulto sofreu um decréscimo considerável (graças a ações implementadas a partir da organização dos próprios conselhos deliberativos), bem como o número de pessoas com documentos.

O transporte dos ribeirinhos da região se dá por meio de pequenos barcos particulares movidos a motor do tipo "rabeta"[15] ou por meio de "caronas" com barcos de comerciantes, os "regatões". Esse deslocamento é bastante demorado: na época de cheia a viagem até Altamira leva de três a quatro dias. Já no período da seca a viagem de Altamira até certas localidades do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri pode demorar cerca de 15 dias. As distâncias percorridas variam aproximadamente 400 km em rio da sede do município à residência dos primeiros moradores da Resex do Rio Iriri até 800 km para chegar à casa do último morador da Resex do Riozinho do Anfrísio. O transporte interno é, em geral, feito em canoas de madeira construídas pelos próprios moradores.

14 Partimos aqui de uma compreensão ampla de qualidade de vida, ou seja, aquela em que o indivíduo conquista condições de desenvolver ao máximo suas potencialidades nos mais diversos âmbitos (Minayo, 2000).

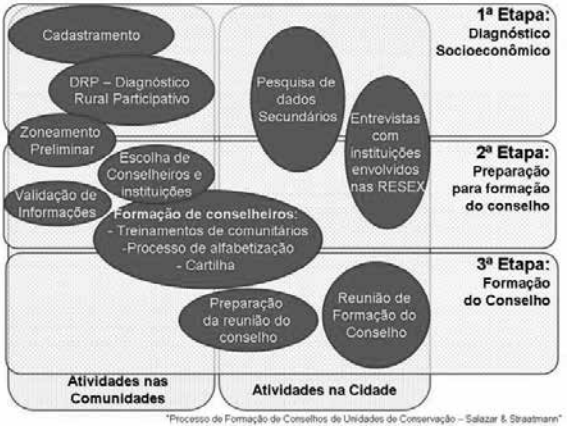
15 Motor rabeta é um motor que pode variar de 3,5 a 10 hp e consiste em uma haste reta com uma hélice ao final. Geralmente é acoplado a canoas construídas no interior da Resex.

No Rio Iriri as principais fontes de renda hoje são a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), farinha de mandioca e pesca; no Riozinho do Anfrísio os moradores exploram também o óleo de copaíba, o óleo de andiroba, o mel de abelha, o breu, a seringa, dentre outros produtos. As moradias têm uma arquitetura característica muito peculiar e apresentam, em geral, bom conforto térmico e organização. Grande parte das famílias é remanescente do ciclo da borracha e, em geral, os pais ou avós vieram para a região e ali se estabeleceram.

Figura 2 – Casa na localidade do Triunfo, última localidade da Resex do Rio Iriri

Para a consecução do trabalho de implantação do Conselho Deliberativo das duas UCs adotou-se uma estratégia de atuação organizada em três etapas: diagnóstico socioeconômico, preparação para o funcionamento do Conselho e formação do Conselho Deliberativo. As atividades foram realizadas nas comunidades das Resex e nas cidades, principalmente em Altamira (PA), apesar de algumas reuniões, entrevistas e pesquisas terem sido realizadas em outras cidades, como Belém e Brasília, conforme mostra o diagrama da figura 3. O processo todo teve a duração de sete meses, tendo duas expedições de campo entre novembro de 2006 e abril de 2007, finalizando com a reunião de formação do Conselho em junho de 2007 em Altamira. Entre as expedições, foram realizadas as pesquisas a partir de dados secundários, entrevistas com instituições envolvidas com a Resex e organização da reunião para formação do Conselho.

Figura 3 – "Processo de Formação de Conselhos de Unidades de Conservação" aplicado às Resex Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri



"Processo de Formação de Conselhos de Unidades de Conservação – Salazar & Straatmann"

Na primeira etapa[16] foi realizada a aplicação de um questionário e do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). O questionário abordou questões de cada indivíduo, tais como: documentação, doenças específicas, escolaridade; e questões relacionadas com o modo de vida de cada família, por exemplo fontes de renda, condições de moradia, hábitos de higiene e limpeza, meios de transporte e histórico da família. Estas informações serviram como base para posterior aprovação do cadastramento das famílias de cada Resex pelo ICMBio e pelas respectivas associações de moradores da Resex do Riozinho do Anfrísio (Amora) e Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri (Amoreri).

Para garantir uma compreensão aprofundada do contexto regional, utilizou-se, como dito, a metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que é um método de pesquisa que garante o compromisso dos envolvidos, pois consiste no levantamento de informações e conhecimentos através da participação ativa da comunidade, sempre buscando valorizar o conhecimento local e os diferentes pontos de vista, de forma a construir reflexões em conjunto. Essa prática instiga as pessoas envolvidas a assumirem compromissos com o meio que as cerca e desencadeia um processo educativo de organização comunitária (Amado *et al.*, 2004), com vista a mudar a sociedade em que vivem. Sendo assim, esta etapa serviu de base para a obtenção de informações aprofundadas sobre a região e para reflexões sobre possibilidades de ações que visassem ao fortalecimento comunitário.

16 Essa etapa ocorreu entre novembro e dezembro de 2006.

O DRP da situação socioeconômica das comunidades incluiu o levantamento de uso dos recursos naturais, atividades econômicas desenvolvidas e produtos explorados, potencialidades para o uso sustentável dos recursos naturais, situação de criação de animais, grau de atuação e envolvimento de associações existentes. O trabalho de campo foi organizado de modo a possibilitar uma reunião geral em cada Resex, marcando o início das atividades, e reuniões locais em comunidades estratégicas (chamadas de mini-DRPs) que abrangessem as famílias do entorno, contemplando assim toda a população residente na região. Uma série de ferramentas foram utilizadas para a condução das atividades: mapas, relatos, calendários, linhas históricas, matriz de priorização de problemas.[17]

Figuras 4 e 5 – Condução de DRP nas Resex Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri, respectivamente

17 Constitui uma das possíveis atividades com matrizes, apresentadas por Verdejo (2006): as matrizes, em geral, comparam diferentes opções para poder classificá-las, analisá-las, hierarquizá-las ou avaliá-las.

Os *mapas* abordaram três temáticas diferentes: conflitos internos e externos, infraestrutura e produção. Podem ser chamados *mapas sociais* ou *croquis comunitários* (El Sistema, 1995), pois foram feitos sob o ponto de vista dos ribeirinhos, utilizando seus pontos de referência e suas noções de distância (horas de remo ou caminhada). O processo de coleta das informações foi realizado em grupo, gerando discussões e análises da realidade local entre os próprios moradores e resultando na construção de um instrumento que facilitou uma visão panorâmica das Resex como um todo.

A elaboração do calendário produtivo tornou possível a compreensão sobre a organização espacial e temporal do trabalho entre os ribeirinhos da região. Muito embora essas atividades de agricultura e extrativismo sejam cotidianas e façam parte do conhecimento tradicional culturalmente transmitido entre os moradores, não representando um dado novo para eles, o calendário auxiliou na organização dessas informações por ciclos de produção e coleta, regiões, sazonalidade, tempo que ocupam na rotina familiar, bem como a distribuição de tarefas por gênero. Além disso, esse instrumento possibilitou também um melhor entendimento sobre as diferenças entre as diversas localidades da região e as relações preço-produto em distintos ciclos anuais.

A *linha histórica* é um gráfico elaborado também coletivamente, baseando-se nas lembranças dos moradores, desde as mais remotas. Os participantes informaram, sob seu ponto de vista, os acontecimentos históricos que marcaram suas vidas e das localidades onde vivem; relataram também sobre conflitos e conquistas, sobre tempos de fartura e de escassez, sobre momentos felizes e acontecimentos trágicos. Esta atividade possibilitou um resgate histórico e cultural sobre os problemas que envolvem as Resex, suas origens e causas e a correlação com a situação atual vivida pelos moradores.

> O conhecimento do passado e a compreensão do presente auxiliam no planejamento de ações visando ao estreitamento de relações entre a UC e a comunidade, e à busca de alternativas para reduzir os níveis de degradação de recursos naturais e melhorar a qualidade de vida local (Drumond, 2002).

A *matriz de priorização de problemas* consistiu em um instrumento de listagem e hierarquização dos problemas existentes nas comunidades, segundo a ótica dos ribeirinhos, e de definição de seus níveis de complexi-

dade. Essa atividade foi realizada apenas nas reuniões nas comunidades, momento em que a maior parte dos moradores das localidades próximas se reuniu para discutir e descrever os problemas atuais, delineando também seu entorno, prováveis origens e consequências, e quais as possibilidades que cada um vislumbrava para ajudar a modificar a situação.

As diversas atividades aplicadas durante o DRP facilitaram o intercâmbio de informações entre os ribeirinhos e permitiram a verificação dos resultados por diferentes atores sociais. O DRP é um método que, além de possibilitar uma visão geral do contexto, revaloriza elementos positivos da comunidade (Amado *et al.*, 2004), dando bases para o fortalecimento da organização social. É uma metodologia que promove o envolvimento das comunidades locais, em que os moradores são levados a discutir e refletir sobre sua própria realidade, e por isso mostrou-se adequada para uso no processo de formação do Conselho Deliberativo das Resex em questão.

Os encontros, além de contribuírem para o desenvolvimento do trabalho de forma ágil e com profundidade, foram momentos de construção intensa de saberes, social e coletivamente, ao possibilitar um desvelamento da realidade vivida.

O DRP e as discussões sobre gestão em Resex contribuíram para envolver homens e mulheres, moradores da região, em processos que visavam resoluções de problemas internos e decisões políticas. O intercâmbio de conhecimentos, construídos por meio de várias estratégias e por moradores de distintas regiões, proporcionou a todos os envolvidos uma visão mais ampla da realidade local. O resgate histórico e o aprofundamento das reflexões sobre como o passado se faz presente e imbrica-se na conformação social também foi de fundamental importância para a percepção da população sobre seu próprio meio e as possibilidades na construção do futuro. Refletir sobre seus problemas e propor soluções para sua superação é um passo essencial na aprendizagem sobre formas mais democráticas de emancipação popular.

Um importante documento resultante dessa primeira etapa foi uma cartilha educativa, elaborada em linguagem acessível, construída ao longo dos DRPs e com participação de alguns ribeirinhos na elaboração para divulgação e revisão destes dados junto aos moradores das comunidades.

Depois do retorno da expedição de campo foram realizadas diversas entrevistas com instituições da região que de alguma forma interagiram com as Resex, dentre elas: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP); Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam); Instituto Socioambiental (ISA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Secretarias de Saúde e Educação do município de Altamira (Semusa e Semec); Ministério do Meio Ambiente (MMA); World Wide Fund For Nature (WWF-Brasil); Universidade Federal do Pará (UFPA); Ministério Público Federal (MPF); e Polícia Federal.

Tais organizações tiveram um papel muito importante na criação das Resex e têm um contato próximo com as comunidades. Foram entrevistados também integrantes da Secretaria Municipal de Saúde e de Educação de Altamira, o procurador do Ministério Público Federal, dentre pessoas de outras instituições. Antes da primeira expedição e junto às entrevistas, foi realizado um levantamento bibliográfico das publicações sobre a região e dos trabalhos já desenvolvidos na área. Tudo isso compôs a base de informações para o andamento do trabalho.

Formando os comunitários

A segunda parte do trabalho de campo teve como objetivo a validação das informações coletadas na primeira fase, formação dos moradores sobre assuntos relevantes ao Conselho, escolha de conselheiros e instituições para participar da reunião de formação do Conselho Deliberativo e apoio na construção de acordos de uso dos recursos naturais que subsidiaram a construção de um zoneamento preliminar das unidades.

A logística de atuação consistiu na realização de uma grande reunião geral e posterior distribuição da equipe de trabalho em quatro regiões, após definição junto à comunidade, para atender às diferenças locais e também para um maior aprofundamento e inserção no cotidiano de cada localidade. Houve duas reuniões gerais, uma no começo e outra no final da expedição, e quatro reuniões locais, uma por comunidade. O tempo total em cada uma das Resex foi de aproximadamente 15 dias. No quadro 1 a seguir pode-se ver o cronograma das ações realizadas. As atividades marcadas em cinza claro ocorreram na Resex Riozinho do Anfrísio, e as marcadas em cinza escuro na Resex do Rio Iriri.

Quadro 1 – Cronograma de atividades

Atividades de campo	FEV 2007			MAR 2007			ABR 2007			
Saída de São Paulo/ SP										
Saída de Altamira/ PA										
Reunião Geral Resex Riozinho do Anfrísio			28 e 29							
Atividades Resex Riozinho do Anfrísio				1º a 14						
Reunião Geral Resex Riozinho do Anfrísio					15 e 16					
Reuniões locais										
Reunião Geral Resex Rio Iriri					16 e 17					
Atividades Resex Rio Iriri						18 a 31				
Reunião Geral Resex Rio Iriri							1º e 2			
Retorno a Altamira								3		
Atividades em Altamira										
Retorno a São Paulo										

Os altos índices de analfabetismo (média de 80% em cada reserva) foram identificados pelos ribeirinhos como um dos principais problemas existentes na região. Muitas das falas dos moradores refletiam, ao mesmo tempo, incômodo e vergonha pelo fato de não conseguirem decifrar as letras e terem que registrar presença nas reuniões com o carimbo do polegar.

Em função dessa percepção, optou-se por, a partir da segunda expedição, elaborar e planejar as ações de preparação dos comunitários para a formação dos Conselhos Deliberativos com base na Educação Popular (EP) e na metodologia da alfabetização de adultos preconizada por Paulo Freire, buscando uma formação para a atuação em processos de gestão compartilhada. Desta forma, ao mesmo tempo em que foi trabalhado um assunto estranho à comunidade, sem aparente conexão direta com o dia a dia, foi

usado como método o processo de alfabetização, uma das demandas mais veementes das comunidades. Foi estabelecido então um ambiente de troca e de confiança muito profícuo ao aprendizado dos temas relacionados com a vida de cada Resex.[18]

A Educação Popular busca, constantemente – através de relações dialógicas com as pessoas envolvidas no processo e compartilhando saberes, desejos, valores –, uma reorganização social com vista à emancipação popular. Segundo Freire (1983), o que se pretende com a EP é propor ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre sua responsabilidade, sobre seu papel.

Uma vez que o que se pretendia, nessa etapa, era a formação de conselheiros para que estes pudessem atuar assertivamente nos mais diversos espaços decisórios, fortalecendo a organização comunitária, os princípios da EP pareceram coadunar em muito com esses objetivos. A EP pauta-se em processos dialógicos de construção conjunta de saberes, nos quais todos são sujeitos de sua própria formação. Cabe reforçar que Educação Popular foi entendida como uma das possibilidades de práxis educativa a guiar o trabalho da equipe. Não se afirma aqui que esta é a melhor ou a única alternativa possível, mas mostrou-se uma possibilidade bastante factível para a situação em questão.

Os encontros de alfabetização basearam-se, inicialmente, na *investigação temática* feita através da vivência advinda das estratégias de DRP. Nessa fase, com base no conhecimento da realidade local, foi levantado o universo vocabular, e foram definidas as palavras geradoras que serviram de base para aprofundar a compreensão das pessoas sobre as questões existenciais e políticas relacionadas ao seu cotidiano. Algumas das palavras utilizadas foram: família, comunidade, regatão, natureza, manejo, voto, povo, homem, terra.

Cada uma dessas palavras foi "decodificada" e, a partir do diálogo e das reflexões sobre o contexto histórico, social, cultural e econômico da região, ao mesmo tempo em que as pessoas aprendiam a "escrever a palavra", aprendiam também uma nova forma de "ler o mundo" (Freire, 1983).

Algumas situações contribuíam para um melhor entendimento sobre organização social e para a problematização sobre o pertencimento a uma

18 Para maior aprofundamento sobre esse processo, ver Vasconcelos *et al.* Educação Popular e meio ambiente: diálogos com populações tradicionais amazônicas. *Ambiente & Educação* (Furg), v. 15(1), p. 47-66, 2010.

UC, outras para reflexões sobre manejo; e outras, ainda, para discussões sobre direitos e deveres.

Figuras 6 e 7 – Encontros de alfabetização no Riozinho do Anfrísio e no Rio Iriri, respectivamente

Assim, concomitantemente aos trabalhos de validação do diagnóstico socioeconômico,[19] também foram abordados e esmiuçados, durante os encontros de alfabetização, temas como regras de uma Resex, as leis que as definem, as restrições, o valor de conhecimento tradicional, bem como os direitos e deveres da população residente em UCs, as negociações locais e ampliadas que envolvem espaços decisórios como as associações comunitárias e os Conselhos Deliberativos.

19 Essa atividade incluía a validação dos dados e relatório junto aos comunitários; vivências em atividades do cotidiano (roça, ida a castanhais, pesca, refeições); reuniões locais, com enfoque na formação do conselho e validação dos dados de zoneamento da UC; e reuniões gerais, para tomadas de decisão coletivas.

Os relatórios parciais elaborados na primeira etapa do trabalho serviram como material didático nesse segundo momento. Estas leituras foram momentos de troca importantíssimos para um aprofundamento no entendimento da realidade local, tanto para os moradores quanto para a equipe. Nesses momentos foi possível detalhar o histórico de ocupação da região, os conflitos, o relacionamento de troca entre moradores e comerciantes (regatões),[20] o que foi de suma importância para ampliar a visão da realidade das Resex como um todo.

O aumento da autoestima e o consequente aumento da participação da população ribeirinha no processo de gestão puderam garantir uma representação mais justa. Mais do que ninguém, os moradores tradicionais são os verdadeiros representantes da floresta, que entendem e respeitam suas dinâmicas e regras. Estes vínculos simbólicos, míticos, sociais mantidos por populações tradicionais e o ambiente em que vivem (Little, 2002) devem trazer contribuições fundamentais para auxiliar no processo de tomada de decisão dentro do Conselho Deliberativo.

Nas reuniões ocorreram diálogos a respeito de acordos e regras da Resex, com relação a eventuais mudanças de localidade, entrada e saída de pessoas, pesca, tráfego de regatões, áreas a serem protegidas integralmente, áreas de uso coletivo e áreas de uso familiar.[21] Para a definição dos representantes da comunidade na reunião de formação do conselho, foram definidos primeiramente os critérios de participação em conjunto com a comunidade. Dentre os principais critérios foi levantada a necessidade da presença de pessoas jovens e mais experientes, de mulheres e homens, de pessoas de diversas regiões das Resex, que tivessem responsabilidade com a tarefa e se comprometessem a divulgar as informações da reunião na comunidade posteriormente. A escolha foi feita por consenso, sendo que cada região indicou seus representantes.[22] Assim, foi decidido, em conjunto com os

20 Em caso de compra do produto da comunidade, o valor em dinheiro chega a ser 50% menor do que o oferecido pela troca. Além disso, muitos ribeirinhos pegam os produtos antes da produção, ficando sempre com dívidas com o regatão, causando um vínculo de dependência histórico na região.

21 Vale ressaltar que o conceito de áreas coletivas e familiares já existe há décadas dentro das Resex, por definições tradicionais, hereditárias e históricas de ocupação e uso da terra, sendo baixa a existência de conflitos com relação à posse de terra e desnecessária a demarcação física das mesmas.

22 Para a gestão compartilhada das unidades, é de suma importância que as diferentes regiões estejam representadas. Por mais parecidas que as realidades locais possam parecer, existem, muitas vezes, diferenças específicas não compreendidas por todos,

moradores, um número de aproximadamente 15 pessoas a serem eleitas, de forma que não sobrecarregasse as famílias e que fosse representativo com relação a toda a extensão da Resex.

Outra decisão importante foi a escolha das entidades que deveriam participar da reunião de formação do Conselho Deliberativo. Para tanto, foi retomado o trabalho realizado nas reuniões locais e durante o processo de alfabetização, relembrando e comparando as instituições que fazem ou fizeram parte da "vida da Resex" de alguma forma, ou que deveriam estar mais presentes para contribuir na solução de problemas sociais locais. Depois de construída uma lista com todas essas entidades, foi feita a escolha sobre quais eles gostariam que participassem da reunião. Diferente do realizado na escolha de conselheiros, o número de instituições não foi predefinido, de forma a aproveitar a reunião do Conselho também para criar um momento de diálogo entre diversas instituições. Por este motivo, foram convidadas a participar da reunião todas as instituições entendidas pelos moradores como importantes de estarem presentes, sejam governamentais, da sociedade civil ou privadas. Tanto a concepção dos moradores sobre o papel das instituições quanto seu conhecimento sobre a realidade das UCs são fundamentais para o processo de gestão compartilhada. Criam um primeiro contato, o diálogo, a chance de os moradores expressarem suas necessidades e desafios diretamente aos órgãos competentes, e a compreensão conjunta de possibilidades e restrições para atendimento de tais questões, o que seria pouco provável em outro momento.

Constituindo o Conselho Deliberativo

Como apresentado anteriormente, a reunião para formação do Conselho Deliberativo é um momento de grande importância para a consolidação da gestão das UCs. Esse espaço múltiplo, de opiniões divergentes, cobranças, conflitos, acusações, foi o palco em que os representantes dos moradores tradicionais de ambas as Resex argumentaram sobre suas necessidades, vontades e desafios. Eles entraram em contato com representantes de di-

devido às grandes distâncias existentes. Assim, para evitar conflitos indiretos e para que as diferenças fossem respeitadas, os moradores entenderam e concordaram com a necessidade de haver uma representatividade das diferentes regiões, idades e gêneros.

ferentes instituições para terem voz ativa e conseguirem se fazer entender. Tornou-se necessária, portanto, uma formação complementar dos futuros conselheiros para que eles conseguissem lidar melhor com esse ambiente de disputas, forças e negociações.

O processo de formação dos conselheiros foi realizado durante três dias que antecederam a reunião de constituição do Conselho Deliberativo, em julho de 2007. Esta atividade baseou-se no suporte para uma maior compreensão do conselho, sua forma de funcionamento, o papel dos conselheiros e das instituições. Os conselheiros passaram por diversas atividades, incluindo diálogo e aprofundamento de conceitos já trabalhados dentro das Resex e dramatizações de situações de um Conselho. Além desses momentos, os participantes tiveram também uma agenda de visitas a instituições governamentais e a uma empresa, na cidade de Altamira (PA). Isso objetivou dar-lhes elementos mais reais para o entendimento sobre o funcionamento de algumas das instituições.

Os momentos de diálogo e troca ocorreram durante todo o processo, tendo novamente como enfoque o funcionamento das Unidades de Conservação, o Conselho e experiências de outras Resex. As constantes retomadas de assuntos são importantes, tanto para relembrar quanto para respeitar os diferentes tempos de assimilação das novas informações, gerando processos de mudança cadenciados. Dessa forma, buscou-se garantir um aprendizado mais aprofundado entre os moradores, com vista a maiores condições de trocas futuras e, com isso, maiores chances de exercitar o protagonismo na busca de soluções, reivindicações e trabalho conjunto.

Durante os quatro dias que antecederam a reunião com as instituições, foi também relembrado o papel das instituições e a indicação destas por parte dos representantes de cada Resex. Este processo seguiu uma ordem lógica de compreensão e aprofundamento, através das seguintes atividades: 1) construção de um diagrama institucional[23] para determinar o grau de relacionamento das instituições com cada Resex; 2) visitas supervisionadas a instituições com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre seu funcionamento e criar momentos de diálogo sobre necessidades e desafios das comunidades, com supervisão e retornos constantes da equipe; 3) dinâmicas de grupo nas quais se criaram diversos momentos de dramatização de situações de decisão em um conselho, de forma supervisionada,

23 Para mais detalhes ver Drumond (2002).

dialogando com o grupo em cada situação representada; 4) priorização de necessidades e desafios de cada Resex com o intuito de exercitar o protagonismo, entendendo que ações podem ser realizadas pela comunidade, ou o estímulo a parcerias entre diferentes instituições para atendimento de questões prioritárias.

Complementarmente a todas as atividades realizadas no decorrer dos dias, durante as noites ocorria a continuidade do processo de alfabetização, iniciado nas comunidades. Isto possibilitou mais um passo dos representantes das Resex na direção do aprendizado, na melhoria de sua leitura e escrita e, mais do que isso, criou-se um espaço de reflexão e diálogo das atividades do dia.

Após esses dias de preparo dos representantes das comunidades, ocorreu a reunião de constituição do Conselho Deliberativo, com a presença de todas as instituições convidadas. Como já era esperado, esse espaço foi palco de diferentes reivindicações dos movimentos sociais e de discursos políticos, mas foi também um espaço para o exercício da cidadania pelos moradores.

O principal desafio enfrentado nessa etapa do trabalho foi o de reforçar às instituições presentes a necessidade de ouvir e valorizar o conhecimento dos ribeirinhos sobre as suas próprias necessidades, permitindo aos comunitários a expressão de suas opiniões de forma assertiva, dialogando com os participantes da reunião e questionando as decisões tomadas.

Figuras 8 e 9 – Reunião do Conselho, Altamira (PA). Apresentação do diagnóstico da Resex Riozinho do Anfrísio e trabalho em grupo para definição de critérios de escolha para conselheiros, respectivamente

O processo de fortalecimento comunitário e o impacto que ocasiona sobre espaços de gestão compartilhada são bem descritos por Weyh em um caso de orçamento participativo no interior do Rio Grande do Sul:

> Quando um agricultor ou agricultora toma o microfone e diz o que pensa acontece uma experiência de poder. Decorre disso um aprendizado fundamental para a pessoa: o poder não é propriedade de ninguém. Isto encoraja e faz crescer a auto-estima. As pessoas sentiram que o próprio Estado pode ser parceiro na resolução dos problemas locais na medida em que este está comprometido com as causas da população. Esta reaproximação do Estado com o cidadão restabeleceu o elo perdido entre o representante e o representado (2005, p. 11).

Houve um processo de negociação para a escolha das instituições participantes dos Conselhos Deliberativos das Resex do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri. A composição final obtida respeitou a escolha preliminar dos moradores, porém sofreu algumas modificações.

> Em muitos âmbitos, houve um notável aumento da visibilidade e do poder político dos movimentos sociais e organizações não governamentais. Os povos tradicionais não estavam alheios a este processo e a ele rapidamente se incorporaram, o que transformou de forma fundamental suas lutas territoriais. Aqui constam ações como o estabelecimento de associações locais, a emergência de movimentos sociais regionais e nacionais que promoveram seus interesses, sua articulação política com ONGs que possuíam interesses ou estratégias afins e a subsequente colaboração conjunta em campanhas e outras atividades políticas (Little, 2002, p. 17).

Considerações finais

Com vista a garantir processos legítimos de desenvolvimento ambiental e social, houve, ao longo desse processo, a busca pelo fortalecimento das comunidades tradicionais locais para evitar que os consensos, dentro do processo de gestão participativa, fossem construídos apenas entre os atores sociais com maior domínio de habilidades de comunicação e *status* social.

Apesar de não ter sido uma tarefa fácil a conciliação dos diversos pontos de vista presentes ao longo de todo o processo de construção do Conselho, ao final pôde-se perceber:

Aumento da compreensão coletiva da realidade das Resex pelos próprios ribeirinhos;

Aumento da compreensão da realidade das Resex pelas instituições;

Maior compreensão do funcionamento das instituições pelos ribeirinhos;

Entendimento preliminar do processo de funcionamento de um Conselho Deliberativo.

A implantação de Conselhos Deliberativos traz, ao mesmo tempo, conquistas e novos desafios a serem superados. Traz a possibilidade de maior participação das comunidades locais na gestão das UCs, maior transparência e credibilidade da gestão, um processo permanente de troca de informações e apoio na tomada de decisões, propiciando aos órgãos públicos e organizações da sociedade civil maior efetividade em suas ações e atingindo de fato o propósito da lei, que neste caso é a preservação do modo de vida das comunidades tradicionais que vivem no interior das Resex. Além disso, investe em um sentimento de corresponsabilidade no processo de gestão da UC e funciona como meio para encaminhamento de propostas de soluções para problemas de interesse comum, contribuindo para o desenvolvimento socioambiental dessas localidades.

Os conselhos das duas Resex, funcionando de forma integrada, têm maior peso nas reivindicações para melhorias sociais, econômicas e de proteção ambiental; possibilitam a definição de estratégias conjuntas e reduzem os custos de operação – tais como logística, custos de reunião e moderação. Incrementam também o poder decisório das comunidades, visto que há representantes das duas Resex dialogando com os mesmos representantes de intuições governamentais e da sociedade civil, que fazem parte de ambos os conselhos.

No manejo de Resex, as questões territoriais, de extrativismo e de agricultura de subsistência, devem correlacionar visões de todas as partes, inclusive (e principalmente) a ótica dos povos tradicionais envolvidos. Aqui, tais questões pedem uma lógica que "respeite a diferença e o exercício pleno dos direitos dos povos tradicionais" (Little, 2002). Neste intuito, inovações no processo de gestão compartilhada têm maior alcance do que as formas tradicionalmente centralizadoras. Claro está que os espaços decisórios representam locais de grande pluralidade e diversidade de opiniões e interesses. A convergência de ideias, o diálogo e a busca de soluções representam, talvez, um dos principais desafios a serem suplantados no exercício de gestões compartilhadas.

Soma-se ao desafio da grande pluralidade o da gestão integrada, de tratar ao mesmo tempo, e em um mesmo espaço de diálogo, demandas de duas Resex que somam 1.135.278 ha, com muitas necessidades comuns, porém com suas particularidades e especificidades. As lições aprendidas ao longo do processo de formação do conselho podem servir para as ações

envolvidas nos processos de gestão, buscando-se novos caminhos para suprir as demandas que surgirem.

Entende-se que um grande passo foi dado com a formação dos conselhos das Resex do Riozinho do Anfrísio e do Rio Iriri; e que, durante a prática dessa primeira gestão, nos próximos anos, as experiências e conhecimentos podem ser consolidados e fortalecidos entre comunitários e instituições, gerando mais capacidades para o processo de gestão compartilhada.

Espera-se que, da forma como foram constituídos, estes conselhos possam realmente contribuir para a efetiva gestão das UCs, de forma a considerar os diversos pontos de vista para a transformação do cenário socioambiental que a Amazônia brasileira e outras áreas de conservação necessitam.

Figuras 10 e 11 – Conselhos das Resex Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri

Referências

AMADO, R.; CRISTALINO, F.; HERNÁNDEZ, E. El diagnóstico participativo como herramienta para la elaboración de proyectos educativos. *Ágora*, Trujillo, 13, jan.-jun. 2004, p. 91-110.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF.

_____. Plano Nacional de Áreas Protegidas (Pnap). Brasília: MMA/SBF, 2006.

_____. Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Brasília: MMA, 1992.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm>.

DIEGUES, A. C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Nupaubusp, 2001.

DRUMOND, M. A. *Participação comunitária no manejo de unidades de conservação: manual de técnicas e ferramentas.* Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Socioambiental, 2002.

EL SISTEMA financeiro rural: curso de capacitación internacional. Trad. W. R. Zanini e A. E. de Oliveira. Cochabamba, Bolívia, ago.-set. 1995. Disponível em: <www.abdl.org.br/filemanager/download/139/05i_DRPrural.doc>. Acesso: 4 out. 2007.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ISA (Instituto Socioambiental). Especial Terra do Meio, out. 2006. Disponível em: <www.socioambiental.org>.

LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil*: *por uma antropologia da territorialidade.* Série Antropologia, 322. Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2002.

MARETTI, R. S.; SANCHES, R. A.; MARTUSCELLI, P.; MENDONÇA, A. L. A construção da metodologia dos planos de gestão ambiental para as Unidades de Conservação em São Paulo*, in:* MILANO, M. S.; THEULEN, V. (org.). I Congresso de Unidades de Conservação. Anais..., v. II, Curitiba, 1997, p. 234-247.

VELÁSQUEZ, C.; BOAS, A. V.; SCHWARTZMAN, S. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. *RAP.* Rio de Janeiro, 40(6), 2006, p. 1.061-1.075.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico Rural Participativo*: *guia prático DRP.* Rio Grande do Sul: Ascar, 2006.

WEYH, C. B. Faces (novas) da Educação Popular no contexto brasileiro atual: a construção do poder popular pela participação*, in*: Reunião Anual da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais... 28, 2005, Caxambu.

MINAYO, M. C. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1, 2000), p. 7-18.

VASCONCELOS, V. O. *et al*. Educação Popular e meio ambiente: diálogos com populações tradicionais amazônicas. *Ambiente & Educação* (Furg), v. l, 5(1), 2010, p. 47-66.